

DOSSIÊ:
OLHARES CONFLITANTES SOBRE O MUNDO RURAL:
TERRITORIALIDADES, CONHECIMENTOS
E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO
DOSSIER: CONFLICTING VIEWS ON THE RURAL WORLD:
TERRITORIALITIES, KNOWLEDGE
AND DEVELOPMENT ACTIONS

Dalva Maria da Mota*
Cimone Rozendo de Souza**

A Século XXI: Revista de Ciências Sociais publica neste número O Dossiê *Olhares conflitantes sobre o mundo rural: territorialidades, conhecimentos e ações de desenvolvimento* com uma seleção de artigos apresentados nos Grupos de Trabalho (GTs) do VIIº Encontro da REDE de Estudos rurais, ocorrido no período de 26 de agosto a 1º de setembro de 2016, na cidade de Natal (RN). Os artigos foram selecionados pelos coordenadores dos GTs e abordam uma diversidade de temas relevantes do mundo rural contemporâneo a partir de diferentes perspectivas e áreas do conhecimento.

A publicação dos melhores artigos de cada evento, tem sido uma prática recorrente da Rede de Estudos Rurais, uma jovem instituição, herdeira de uma fértil história e de uma tradição crítica de estudos e debates no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, orientadas para as temáticas e questões do mundo rural brasileiro.

Privilegiar as discussões em torno dos “Olhares conflitantes

* Doutora em Sociologia, bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental (Embrapa) e Professora do Programa de Pós-graduação em Agricultras Amazônicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil; e-mail: dalva.mota@embrapa.br

** Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil; e-mail: cimone.rozendo@gmail.com

sobre o mundo rural” é trazer a tona distintas e divergentes concepções de agentes e agências sociais no campo do conhecimento e também de ações de desenvolvimento e intervenção pública e privada no mundo rural. É sobretudo, dar visibilidade as tensões e disputas vivenciadas no processo de construção do conhecimento, na concepção e gestão de políticas públicas, no acesso aos recursos naturais e financeiros, com reflexos nos diferentes territórios de pertencimento de camponesas e de povos e comunidades tradicionais.

A redemocratização do país e políticas públicas desenvolvidas, nesses últimos anos, alimentaram esperanças de redução dos problemas estruturais e das enormes desigualdades sociais e econômicas vigentes nas regiões brasileiras. As ações organizadas dos movimentos sociais e das entidades representativas sindicais possibilitaram conquistas importantes para segmento expressivo dos produtores de base familiar. Uma série de Políticas públicas orientadas ao fortalecimento da agricultura familiar foram desenvolvidas e se viu emergir uma grande diversidade de reivindicações de direitos e lutas por reconhecimento identitário, em meio a conflitos ambientais e à expansão de ações com repercussão nos modos de vida tradicionais. Em que pese essas conquistas, problemas estruturais do espaço rural brasileiro seguiram pendentes como a paralisação do programa de RA, as dificuldades de demarcação das terras indígenas, as disputas territoriais envolvendo populações tradicionais e grandes empreendimentos culminando com a extinção, em 2016, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que abrigou muitas das políticas de fortalecimento de segmentos sociais historicamente desfavorecidos na sociedade brasileira.

Os acontecimentos políticos reforçam a importância do tema desse Dossiê porque conflitantes compreensões se evidenciam e afetam a produção de conhecimento crítico, as ações de desenvolvimento e a destinação de recursos para todas as ações que dizem respeito aos mais pobres.

Propiciar o debate e, com isso, compreender como estes agentes sociais têm interpretado os novos processos, as inovações e as transformações em curso no mundo rural se reveste de grande im-

portância para o estímulo e a continuidade dos estudos rurais. Para isso, é fundamental que se oportunizem espaços de reflexão, como o que está sendo proposto neste Dossiê. Um aspecto recorrente nos artigos é o estratégico papel do Estado brasileiro nas ações de desenvolvimento, predominantemente focadas na economia. Nota-se também, o reconhecimento da ampliação da participação social para fazer valer interesses que assegurem a replicação das condições de reprodução social de grupos historicamente desfavorecidos.

De modo mais específico, o conjunto dos artigos traz em destaque o debate sobre: a) as iniciativas associadas à agroecologia com particular interesse nas práticas/trabalho; b) a problemática do uso dos recursos sob diferentes perspectivas, dentro ou fora da esfera local, quais sejam: - o uso comum, - a ameaça do acesso aos recursos pela intervenção do Estado e, - a atuação de redes para a construção de mercados de produtos tradicionais do agroextrativismo; c) políticas públicas com diferentes propósitos: econômico (crédito agrícola) e cultural (arca das letras); d) as condições de trabalho e saúde de trabalhadores na cana de açúcar num contexto de auto super exploração e comprometimento das condições de vida dos trabalhadores; e e) conflitos por terra e as situações de violência, repressão e resistências no período histórico delimitado pela Comissão Nacional da Verdade. Contextos, regiões e grupos sociais foram objeto de reflexão de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e inserções profissionais sob olhares inter, multidisciplinar e intergeracional.

A primeira sequência de artigos tem a agroecologia como foco. É relevante considerar que nos últimos anos, o Brasil se evidenciou como uma importante referência quanto a iniciativas agroecológicas no debate internacional, e pela instituição de um conjunto diferenciado de instrumentos de política pública para agricultores familiares. No artigo “Construindo agências e associações nas redes de agroecologia. Uma reflexão sobre práticas e dinâmicas de interação na Serra Gaúcha e na Zona da Mata Mineira”, Flávia Charão-Marques, Claudia Job Schmitt e Daniela Oliveira objetivam explorar as associações criativas que se estabelecem entre práticas, agentes e materialidades na interação com “ideias agroecológicas”

em redes territorialmente referenciadas de promoção da agroecologia. As pesquisadoras investiram na reconstituição das trajetórias de duas “redes de agroecologia”, uma com atuação na Serra Gaúcha (Rio Grande do Sul) e outra na Zona da Mata Mineira (Minas Gerais), revelando práticas, conexões e sentidos compartilhados que emergem na inter-relação entre múltiplas agências. Segundo concluíram, as redes agroecológicas têm certo caráter distributivo em termos de objetividades, criam multiplicidades e subjetividades. Na análise que fazem, as ligações de afeto-subjetividade-afeto influenciam importantemente na expansão das redes agroecológicas, mesmo aceitando sua condição mutante e transiente. O segundo artigo “Do campo a academia, da academia ao campo: as mulheres na agroecologia” de autoria de Flávia Soares Ramos questiona a relação entre os avanços conquistados pelas mulheres rurais e o trabalho na perspectiva agroecológica. A autora investiu na identificação de continuidades e permanências nas relações de gênero no interior das famílias e na sociedade de maneira mais ampla após a conversão para a agroecologia. A autora indica que na produção acadêmica sobre agroecologia ainda persiste a invisibilidade das mulheres rurais e analisa alguns dos porquês sob o pressuposto de que alguns dos fatores apontados como potenciais para a melhoria das condições de vida das mulheres rurais não se aplicam no contexto estudado, seja parcial ou integralmente, pois as mudanças não são automáticas após conversão do sistema produtivo. A autora se mostra preocupada com o debate e reconhece os avanços de inserção da temática de gênero em discussões de grupos e associações agroecológicas, bem como sua apropriação pelos órgãos governamentais e políticas públicas. Não obstante, se ressentida da falta de um diálogo com o feminismo.

A segunda sequência de artigos, trata do tema do uso dos recursos naturais em perspectiva ampliada porque tanto abarca o uso comum de recursos manejados localmente, quanto à ameaça a estes mesmos usos pela ação do Estado na conformação da sua matriz energética, tema persistente no debate sobre a agenda de desenvolvimento nacional. Transversalmente, um dos artigos analisa a construção de mercados para produtos do agroextrativismo do Cerrado

ilustrando novos percursos de produtos da sociobiodiversidade e nos provocando quanto à reflexão das consequências da ampliação do consumo nas práticas locais.

“Uso de Recursos Comuns no Sertão Nordeste: a experiência da comunidade Lagoa dos Cavalos (Russas, CE)” é o artigo de autoria de Maria Odete Alves, Marcel Bursztyn e Suely Salgueiro Chacon, cujo objetivo é analisar as estratégias de uso comum (terras e água) adotadas pelos agricultores para a realização de suas atividades produtivas. Os autores situam que, historicamente, o uso comum de “terras soltas” para o pastoreio dos animais até os anos 1970 avançou, a partir de 1986, para estratégias coletivas que combinam usos comuns e usos privados em terras soltas, terras de herança e parcelas individuais, garantindo a reprodução e a permanência dos agricultores na comunidade. Os autores inferem que isso só foi possível em função de características particulares do grupo, que sustentam o processo de organização local desde o início dos anos 1980 e permitiu, inclusive, uma negociação exitosa em relação ao conflito resultante da implantação de um projeto de irrigação, fruto da iniciativa do Estado. Reconhecendo a coexistência de sistemas de uso dos recursos, ressaltam as particularidades locais. Com base nas evidências empíricas, os autores mostram que a tese da *tragédia dos comuns*, de Hardin, não se aplica à realidade que estudaram. Ao contrário, a pressão crescente sobre os recursos e áreas de cultivo dos quais são fortemente dependentes, levou os agricultores a criarem estratégias e acordos para viabilizar a exploração e garantir o seu sustento.

O quarto artigo intitula-se “Barragens no Ribeira de Iguape: projetos de desenvolvimento e riscos para a sustentabilidade” de autoria de Renata Medeiros Paoliello. A autora analisa como o Movimento dos Ameaçados por Barragens e os novos canais políticos vêm equacionando o risco das barragens e dialogando no campo político. Para tal, apresenta resultados de pesquisa de campo nos territórios quilombolas do médio Ribeira, e junto às agências ali atuantes. O recorte da análise recai sobre as práticas e discursos de mediação, na negociação de interesses em conflito, para observar como

se busca traduzir, entre os distintos agentes envolvidos, o discurso do desenvolvimento, em face das expectativas quanto a demandas por políticas sociais, de emprego e de suporte à produção agrícola. A discussão sobre identidade e reconhecimento é central. O artigo é uma interessante contribuição à compreensão do papel ambivalente do Estado brasileiro que, por um lado, dá suporte ao reconhecimento de modos de vida diferenciados; e, por outro, estrutura ações que os colocam em ameaça.

No artigo “Construção social dos mercados dos frutos do Cerrado: entre sociobiodiversidade e alta gastronomia”, Stéphan Guéneau, Janaína Deane de Abreu Sá Diniz, Sabina Dessarte Mendonça e Jéssica Pereira Garcia objetivaram analisar como a construção social dos mercados de produtos do agroextrativismo do cerrado se baseia na difusão de valores socioambientais identitários, culturais e tradicionais divulgados através da ação de organizações da sociedade civil, especialmente por meio de redes. Os autores constataram a coexistência de um mercado tradicional e um mercado sociocultural alternativo, ligado aos valores da sociobiodiversidade. Estes mercados de produtos agroextrativistas do Cerrado têm sofrido mudanças como reflexo da atividade das principais redes existentes. Mesmo assim, os autores põem em dúvida a capacidade do “sistema sociobiodiverso” transformar profundamente o sistema dominante, oferecendo-se apenas enquanto uma alternativa limitada, que envolve ainda uma pequena parcela da população. O artigo nos oferece uma apurada análise das interfaces entre mercados e territórios.

Dois artigos tratam mais especificamente da intervenção do Estado. No artigo “A sustentabilidade nas políticas públicas de crédito rural e seguro agrícola para a agricultura familiar”, Adinor José Capellesso, Ademir Antônio Cazella e Abdon Luiz Schmitt Filho objetivaram identificar e compreender as dinâmicas operacionais e a capacidade do Pronaf e do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) de estimular ou restringir a adoção de tecnologias e orientações que atendem os preceitos da sustentabilidade. A originalidade da contribuição dos autores é mostrar que as políticas públicas oferecem estímulos à adoção de sistemas de produção mais intensivos sem

considerar os preceitos da sustentabilidade, além de enfrentarem dificuldades para atender as especificidades da produção orientada pela agroecologia.

No artigo “Arca das Letras: itinerários de uma pesquisa no rural teresinense” de Milane Batista da Silva e Maria Dione Carvalho Moraes, as autoras buscam apreender, sociologicamente, sentidos desta experiência em localidades rurais do município de Teresina, capital do Estado do Piauí, a partir dos próprios atores sociais envolvidos na ação. A partir da problematização da disparidade das políticas de cultura destinadas ao rural e as cidades, as autoras analisam a diversidade de situações do programa e concluem que a principal ação, as bibliotecas, ainda ativas, persistem por meio de soluções com base no que Pierre Bourdieu define como senso prático com adequações a necessidades e condições locais, muitas delas, não correspondentes às orientações do Programa. As autoras também concluem que a ausência de acompanhamento, assistência, supervisão, da parte da gestão do Programa prejudicaram contribuir para o relativo “desativação” da Arca das letras. Ao longo do artigo as autoras argumentam que o reconhecimento da interculturalidade rural/urbana pressupõe a superação da visão dualista de rural e urbano como realidades empiricamente distintas e mutuamente excludentes. Reforçam o aparato legal e afirmam que “Cultura é direito de todos, como diz a CF/88, artigo 215”.

O artigo “Cana, labor e adoecimento: a afirmação do nexos causal como uma forma de resistência” de autoria de Lucio Vasconcelos de Verçosa e Maria Aparecida de Moraes Silva visa ao estudo das condições de trabalho e saúde na agroindústria canavieira alagoana, caracterizado pela reestruturação produtiva e pela intensificação do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. O objetivo principal do artigo foi o de contribuir para as reflexões acerca do nexos causal entre o adoecimento e o trabalho no corte da cana. A presente pesquisa revelou, por meio de uma metodologia que articulou a investigação sociológica aos instrumentos de pesquisa característicos da área de saúde, que o trabalho no corte da cana, além de gerar o adoecimento, pode levar à morte. A luta pelo reconheci-

mento do nexa causal se faz urgente, e não tem como essa luta ser vitoriosa sem mudanças profundas na forma de trabalho que gera o adoecimento. As conclusões apontam para a existência de relação direta entre o trabalho nos canaviais alagoanos e o esgotamento prematuro das energias físicas e espirituais dos trabalhadores.

Por fim, o artigo “Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988): considerações a partir do estudo da Baixada Fluminense” de autoria de Aline Borghoff Maia debruçou-se sobre os conflitos por terra e as situações de violência, repressão e resistências ocorridos no estado do Rio de Janeiro no período histórico delimitado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Sob a justificativa de que as práticas e efeitos da ditadura civil-militar no mundo rural e, nomeadamente, no mundo rural fluminense, haviam sido pouco discutidos pela historiografia, alçou à condição de objeto de pesquisa diversos territórios do estado e trouxe à luz especificidades que contribuem para a compreensão do enquadramento da questão agrária no regime ditatorial. A autora analisa o convívio entre operários industriais e camponeses e suas respectivas organizações no movimento de luta pela terra em Duque de Caxias no período pré-golpe de 64. Reconhecidamente, é uma análise que contribui para a consolidação de variados e interdisciplinares temas referentes à Justiça de Transição e ao fortalecimento da democracia brasileira.

Agradecemos a parceria entre o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), através da Século XXI, e a Rede de Estudos Rurais e desejamos uma boa leitura a todos os interessados nos temas abordados pelos artigos.